

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 117.513 - PI (2019/0263172-7)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : THIAGO ALISSON DOS SANTOS (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

EMENTA

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. ROUBO MAJORADO. PRISÃO PREVENTIVA. CONTUMÁCIA DELITIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PROLAÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. PREJUDICIALIDADE. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL A SER SANADO.

Recurso em *habeas corpus* improvido.

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **Thiago Alisson dos Santos** contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Piauí (HC n. 0706518-26.2019.8.18.0000 – fls. 73/92), que manteve a prisão preventiva decretada pelo Juízo de primeiro grau, em virtude da suposta prática do crime de roubo majorado (Autos n. 0007279-03.2018.8.18.0140 – fls. 30/32).

Nesta Corte, o recorrente pretende a revogação da custódia, alegando inexistência de fundamentação idônea na decisão que a decretou, bem como excesso de prazo na formação da culpa.

Liminar indeferida (fls. 120/121), informações prestadas (fls. 136/143 e 157/180), o Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do recurso, em parecer assim ementado (fl. 195):

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. ROUBO MAJORADO. PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. WRIT NÃO PREJUDICADO. TESE DE EXCESSO DE PRAZO SUPERADA. SÚMULA 52/STJ. GRAVIDADE CONCRETA DO CRIME E PERICULOSIDADE SOCIAL DO RECORRENTE. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE.

1. “A superveniência de sentença penal condenatória, na qual se nega ao acusado o direito de recorrer em liberdade com os mesmos fundamentos utilizados anteriormente para justificar a prisão preventiva, sem agregar novos, não conduz à prejudicialidade da ação constitucional de *habeas corpus* ou do recurso ordinário em *habeas corpus* dirigidos contra decisão antecedente de constrição cautelar” (HC 498.249/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 10/12/2019, DJe 17/12/2019).

2. A tese relativa ao excesso de prazo na formação da culpa resta superada diante do encerramento da instrução criminal, conforme preconiza a Súmula nº 52/STJ.

3. A prisão preventiva está fundamentada na gravidade das circunstâncias do caso concreto, na periculosidade social do acusado e no risco de reiteração delitiva, evidenciados pelo *modus operandi* da ação criminosa – praticada em concurso de agentes mediante grave ameaça exercida com emprego de arma de fogo – e pela existência de diversos registros criminais, tudo a indicar a necessidade da medida extrema para a garantia da ordem pública. Precedentes.

4. Parecer do MPF pelo desprovimento do recurso ordinário.

É o relatório.

De acordo com as informações prestadas pelo Juízo de primeiro grau, em 23/7/2019, foi proferida sentença condenando o ora recorrente *ao cumprimento de 6 anos e 10 meses e 10 dias de reclusão, e 41 dias-multa, sendo que não foi concedido ao condenado o direito de recorrer em liberdade, pois se encontram presentes os requisitos da prisão preventiva, principalmente, o da Garantia da ordem pública* (fl. 138).

Todavia, nos termos da mais recente jurisprudência desta Corte, a *superveniência de sentença penal condenatória, na qual se nega ao acusado o direito de recorrer em liberdade com os mesmos fundamentos utilizados anteriormente para justificar a prisão preventiva, sem agregar novos, não conduz à prejudicialidade da ação constitucional de habeas corpus ou do recurso ordinário em habeas corpus dirigidos contra decisão antecedente de constrição cautelar* (HC n. 454.210/SP, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 3/9/2019).

Assim, passo à análise da fundamentação do decreto da custódia.

De acordo com reiteradas decisões desta Corte Superior, as prisões cautelares são medidas de índole excepcional, somente podendo ser decretadas ou mantidas caso demonstrada, com base em elementos concretos dos autos, a efetiva imprescindibilidade de restrição ao direito constitucional à liberdade de locomoção.

No caso, o Juízo singular decretou a prisão preventiva, principalmente, tendo em vista que o ora recorrente *já responde a pelo menos outros dez procedimentos criminais graves* (0011290-12.2017.8.18.0140 - roubo; 0008652-06.2017.8.18.0140 - roubo; 0013056-03.2017.8.18.0140 - roubo; 0001021-74.2018.8.18.0140 - roubo; 0002132-93.2018.8.18.0140 - roubo; 0003749-88.2018.8.18.0140 - roubo;

0004968-39.2018.8.18.0140 - roubo; 0005257-69.2018.8.18.0140 - roubo; 0006415-62.2018.8.18.0140 - roubo; 0006544-67.2018.8.18.0140 - roubo). Nesse contexto, é patente que as medidas cautelares alternativas à prisão (previstas na novel redação do art. 319 do Código de Processo Penal) não se mostram suficientes para coarctar a provável reiteração criminosa em hipótese de soltura, prognóstico que se firma a partir dos registros criminais existentes em desfavor do autuado, bem como da alta gravidade do crime (fls. 31/32).

O Tribunal de origem, por sua vez, afastou qualquer ilegalidade na custódia, entendendo-a idoneamente fundamentada (fls. 73/92).

Como se vê, a decisão que decretou a custódia está motivada, principalmente, na **contumácia delitiva do recorrente, que já possui 10 ações penais em andamento**, ou seja, fundamentação idônea e harmônica com o entendimento desta Casa sobre o tema.

Com efeito, a *jurisprudência desta Corte de Justiça é firme ao asseverar que a existência de inquéritos, ações penais em curso ou condenações definitivas denotam o risco de reiteração delitiva e, assim, constituem também fundamentação idônea a justificar a segregação cautelar*" (RHC n. 76.929/MG, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 17/11/2016, DJe 29/11/2016) – (HC n. 415.653/RJ, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 9/8/2018).

A propósito:

HABEAS CORPUS. IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO A RECURSO PRÓPRIO. FURTO QUALIFICADO TENTADO E FALSA IDENTIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. RÉU QUE POSSUI OUTROS REGISTROS CRIMINAIS ANTERIORES POR CRIME DA MESMA ESPÉCIE. RISCO DE REITERAÇÃO. NECESSIDADE DA PRISÃO PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

2. A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico, e a medida deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, sendo

Superior Tribunal de Justiça

vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime.

3. No presente caso, a prisão preventiva está devidamente justificada para a garantia da ordem pública, em razão da periculosidade do agente, evidenciada pelo efetivo risco de voltar a cometer delitos, porquanto o possui outros registros criminais pela prática de crimes contra o patrimônio. A prisão preventiva, portanto, mostra-se indispensável para garantir a ordem pública.

4. Nos termos da orientação desta Corte, inquéritos policiais e processos penais em andamento, muito embora não possam exasperar a pena-base, a teor da Súmula 444/STJ, constituem elementos aptos a revelar o efetivo risco de reiteração delitiva, justificando a decretação ou a manutenção da prisão preventiva (RHC n. 68.550/RN, da minha relatoria, DJe 31/3/2016).

5. Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando evidenciada a sua insuficiência para acautelar a ordem pública.

6. *Habeas corpus* não conhecido.

(HC n. 446.504/SP, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 12/6/2018 – grifo nosso).

Por fim, a *superveniência de sentença penal condenatória prejudica a análise da tese de excesso de prazo. Hipótese de incidência da Súmula 52/STJ* (HC n. 508.048/ES, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 3/2/2020).

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator